

"QUANDO A GENTE ESTÁ NA RUA, A RUA É NOSSA": REFLEXÕES SOBRE MANIFESTAÇÕES DE RUA NO RIO DE JANEIRO.¹

Marcos Vinícius Sales (UFRJ/Rio de Janeiro)²

RESUMO:

Este trabalho objetiva pensar os signos (significante, significado e sentido) construídos em manifestações públicas de rua através das ações territorializantes da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Estes signos, correspondem à sensação de pertencimento ao local onde se manifesta e o desejo de transformação social. Considera-se que este pertencimento englobam as tramas tecidas (o ato de territorializar o espaço) pelo movimento social e, a sua maneira, ajudam a fortalecer uma cultura e memória política nas cidades onde estão presentes. Nesse sentido, a partir da noção de espaço público, são pinçados alguns aspectos deste conceito para refletir sobre suas implicações para o exercício da cidadania através de manifestações de rua. Em seguida, aborda-se as manifestações de rua como repertório da CUT e como estão imbricadas nas paisagens urbanas das cidades. Por último, são explorados alguns depoimentos de integrantes do movimento social a fim de conhecer quais são os afetos que atravessam sujeitos que se unem num agenciamento coletivo para manifestar, adotando como contexto geográfico o Rio de Janeiro. O texto ainda apresenta algumas considerações a respeito do tema.

Palavras-chave: Manifestação. Espaço Público. Movimentos Sociais.

ABSTRACT:

This article aims to think about the signs (signifier, meaning and sense) constructed in public street protests through the territorializing actions of the Central Única dos Trabalhadores (CUT). These signs correspond to the feeling of belonging to the place where it manifests itself and the desire for social transformation. It is considered that this belonging encompasses the actions experienced (the act of territorializing the space) by the social movement and, in their own way, they help to strengthen a culture and political memory in the cities where they are present. In this sense, from the notion of public space, some aspects of this concept are picked to reflect on its implications for the exercise of citizenship through public street protests. Then, street demonstrations are discussed as a repertoire of CUT and how they are imbricated in the urban landscapes of cities. Finally, some testimonies of members of the social movement are explored in order to know what are the affections that cross subjects who unite in a collective agency to manifest, adopting Rio de Janeiro as a geographical context. The text also presents some considerations on the topic.

Keywords: Manifestation. Public-space. Social movements.

¹ Trabalho apresentado na 33ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 28 de agosto a 03 de setembro de 2022.

² Doutorando em Sociologia e Antropologia (PPGSA – UFRJ). Mestre em Planejamento Urbano e Regional (IPPUR – UFRJ). Cientista Social (UNIRIO). E-mail: mvsales.contato@gmail.com.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O ESPAÇO-PÚBLICO.

A questão do espaço público tem recebido diversos tratamentos nas ciências sociais ao longo do tempo. Apesar dos variados enfoques, existem algumas características que aparecem como consenso. A primeira delas é a pertinência do espaço público para a vida política nas cidades, bem como seu entrelaçamento com o direito à cidade. Pensar o espaço público se mostra uma tarefa incontornável para entender as dinâmicas das cidades e, principalmente, as cidades contemporâneas.

A cidade, os movimentos sociais e o espaço público estão presentes nas discussões sobre política há bastante tempo. Nos últimos anos foram flagrantes alguns eventos ao redor do mundo que reafirmam a importância do desses temas e reacenderam interesses para investigações e pesquisas. Como exemplo de episódios no qual os espaços públicos são tomados por agentes políticos para fazer manifestação, podemos citar a “Primavera árabe” (2010)³, o “Ocupe Wall Street” (2011)⁴, e no Brasil, as “Jornadas de Junho” (2013)⁵, protestos contra a Copa do Mundo no Brasil (2014)⁶, atos contra o impeachment de Dilma Rousseff (2015)⁷, #ForaTemer (2017)⁸, a Vigília pela morte de Marielle Franco (2018), o “#elenão”

³ “Em 2010, o Oriente Médio e o norte da África foram sacudidos por uma série de revoltas populares que ainda trazem consequências para a região. Habitantes de países como Tunísia, Líbia e Egito foram às ruas para protestar contra governos repressivos e reivindicar melhores condições de vida”. Disponível em: <https://www.politize.com.br/primavera-arabe/>. Acesso em 25 de jul. 2022.

⁴ “O movimento Occupy Wall Street (OWS, ou “Ocupe Wall Street”) foi um protesto que começou em 17 de setembro de 2011, no Zuccotti Park, no distrito financeiro de Wall Street, em Nova York. As principais reivindicações do movimento eram a desigualdade social e econômica, a ganância, a corrupção e a grande influência de empresas sobre o governo, particularmente do setor de serviços e o financeiro.” Disponível em: <https://history.uol.com.br/hoje-na-historia/movimento-ocupe-wall-street-comeca-em-nova-iorque>. Acesso em 25 de jul. 2022.

⁵ Conjunto de manifestações organizadas por diversos agentes e ações coletivas em função do aumento do valor da passagem em várias capitais brasileiras. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/junho-de-2013-as-manifestacoes-nas-manchetes-do-g1.ghtml>. Acesso em 25 de jul. 2022.

⁶ Protestos reúnem 1,3 mil pessoas e fecham ruas no Centro do Rio. Disponível em: <https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/05/protestos-reunem-13-mil-pessoas-e-fecham-ruas-no-centro-do-rio.html>. Acesso em 25 de jul. 2022.

⁷ Movimentos vão às ruas contra o impeachment e o ajuste fiscal. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/08/20/politica/1440093069_659798.html. Acesso em: 23 de jul. 2022.

⁸ Manifestações pedem 'fora Temer' em 19 estados e no DF. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/manifestacoes-contra-temer-neste-domingo-21.ghtml>. Acesso em: 23 de jul. 2022.

(2018)⁹, atos pró-vacina e contra a gestão da pandemia no governo de Jair Bolsonaro (2021)¹⁰ e, mais recentemente, os atos pela democracia (2022)¹¹.

Comumente a noção de espaço público tem sido pensada a partir de duas perspectivas. A primeira se debruça sobre uma área física (praças, ruas, jardins, equipamentos e etc.), já a segunda aborda um espaço abstrato, teórico, fundamento da vida política e democrática, que transcende a concretude. Aqui neste trabalho tentarei entender o espaço público como um mix das duas abordagens, ou seja, existe sim uma materialidade que é importante e, junto dela, aparecem os simbolismos, as abstrações e as territorialidades.

Pensar que o espaço público pode ser apenas uma coisa ou outra se mostra desinteressante na medida em que, inspirado pela noção de direito à cidade formulada por Henri Lefebvre (1996), Harvey (2015) pontua que o tipo de cidade em que desejamos viver é inseparável do tipo de pessoa que desejamos ser. A liberdade de fazer e refazer a nós mesmos e as nossas cidades é um dos mais preciosos de todos os direitos humanos.

O direito à cidade não pode ser concebido somente como um direito individual. Ele demanda um esforço coletivo e a formação de direitos políticos coletivos ao redor de solidariedades sociais.” Isso nos leva a pensar como as duas esferas estão num imbricamento constante. (HARVEY, 2015. p. 28).

São nesses espaços físicos e concretos que interagem as capacidades, as atitudes, as características e as atividades de uma população, enquanto grupo social, num espaço temporal alargado. (BARRETO, 2010. p. 25). Se para a filosofia política a relevância do espaço público está num universo abstrato de relações e estruturas sociais e suas transformações, é inegável que as mudanças se constituem também no físico. Uma esfera pública (HABERMAS, 1989) não poderia existir sem que, simultaneamente, um espaço concreto se conforme, circunstância importante para que as relações abstratas existam e se realizem.

A visualidade, a materialidade e a concretude do espaço público sofrem alterações constantes no processo de fazer e refazer a cidade. Este processo, em certa medida, também

⁹ Movimento organizado em oposição ao candidato à Presidência da República Jair Messias Bolsonaro ocorrido nas principais cidades brasileiras. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45700013>. Acesso em 23 de jul. 2022.

¹⁰ Manifestantes fazem atos contra Jair Bolsonaro e pró-vacina em mais de 18 estados. Disponível em: https://cultura.uol.com.br/noticias/32369_manifestantes-fazem-atos-contra-jair-bolsonaro-e-pro-vacina-em-mais-de-18-estados.html. Acesso em 24 de jul. 2022.

¹¹ Leitura de carta pela democracia inspira atos por todo o país nesta 5ª. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/leitura-de-carta-pela-democracia-inspira-atos-por-todo-o-pais-nesta-5a>. Acesso em 25 de ago. 2022.

influencia os modos de existir dos cidadãos, seus encontros, trajetos, aglomerações e os respectivos simbolismos fabricados a partir disso. Definir a materialidade do espaço público não é fácil, já que sua construção está implicada no modo como o espaço urbano é gerenciado e vivido. É importante pontuar que na metamorfose da cidade estão envolvidos o Estado, o Capital Privado e as resistências engendradas por atores individuais e coletivos. De forma simples, o que define um espaço material enquanto espaço público é a sua disponibilidade para receber agentes com fim de colocar, através dele, suas aspirações políticas.

Um detalhe importante é que os espaços públicos costumam estar sob a jurisdição do Estado. Esta jurisdição influencia diretamente a disponibilidade do espaço físico para ser significado enquanto espaço público. Vale pontuar que nem todos os espaços gestados pelo Estado estão disponíveis para serem transfigurados em espaços públicos. Alguns desses locais conformam-se como referências na cidade e vivem, com frequência, os processos de territorialização em espaços políticos. Muitos deles estão localizados no Centro da cidade, o que não significa a inexistência de espaços públicos com signo político em regiões periféricas das cidades.

Gomes (2012) descreve alguns equívocos recorrentes na problemática do espaço público. Em primeiro lugar, o autor observa que é comum uma oposição simplista entre o público e o privado, como se todos os espaços não privados, ou seja, sobre tutela do Estado, fossem, necessariamente, públicos. Porém, o que faz de um espaço ser público ou não, não diz respeito somente a quem o espaço em questão pertence (Estado X Instituições privadas), os espaços possuem outros estatutos e estão inseridos em dinâmicas mais complexas do que esse simples binarismo consegue captar, já que estão submetidos a disputas travadas por variados agentes e se constituem a partir de relações. Posto isso, o que este trabalho assume como espaço público não se define, exclusivamente, por atributo de soberania jurídica (estatal ou privada).

Outro equívoco apontado pelo autor diz respeito ao tratamento que alguns locais recebem enquanto espaço público pois são considerados como tal por um aparato jurídico. Na verdade, os espaços públicos existentes na sociedade precedem a própria lei, são pilares básicos da vida política nas democracias. Inclusive, nos espaços públicos as leis podem ser pensadas e discutidas. O que a lei faz, por sua vez, é reconhecê-los. O que não quer dizer que espaços públicos não possam ser instituídos pela lei. Uma vez estabelecido, o aparato jurídico pode ser manipulado por lógicas de poder que, à sua vontade, podem instituir novos espaços públicos para a sociedade.

A formação do espaço público não é condicionada a um único processo, seja pela lei, pela gestão do Estado ou Capital Privado e, até mesmo, pelos encontros de pessoas no ambiente. Por último, o autor aponta que usar o atributo de livre acesso para caracterizar um local como espaço público é pouco eficiente na medida em que essa definição faz tábua rasa de outras categorias do espaço que podem também possuir esse atributo sem que isso seja suficiente para dizermos que se trata de um espaço do tipo público. (GOMES, 2012).

O que sabemos até agora é que não é tão simples identificar e definir o espaço público já que eles podem ou não ser o resultado de um contraste entre público e privado, ou criados por jurisprudência, ou serem locais abertos e de livre acesso às pessoas, ou seja, o espaço público não possui uma localização geográfica engessada na cidade, ele se locomove e se transforma a partir das relações, ações e disputas humanas travadas em diversos locais.

Os espaços do tipo públicos correspondem à dimensão espacial da política e possuem relação direta com a vida pública, é o lugar do discurso político e está intimamente ligado com um agir comunicativo (HABERMAS, 2012). Caracterizar um espaço como público, no sentido que este trabalho pensa, depende de como esse espaço é concebido, usado e vivido. Nessa medida, ainda que submetida à gerência de administrações públicas, nem sempre o modo de agir e de habitar nesses espaços será fundamentalmente público.

Ainda de acordo com Gomes (2012) os espaços públicos são lugares onde os problemas são assinalados e significados, um terreno onde se exprimem as tensões, o conflito se transforma em debate, e a problematização da vida social é posta em cena. Ele constitui, por isso, uma arena de debates, mas também um terreno de reconhecimento e de inscrição dos conflitos sociais. Por essa razão, esses espaços são marcadores fundamentais da transformação social. Este é o espaço de relação direta com a vida pública, do discurso político e da co-presença de indivíduos. Caracteriza-se como uma “tela de visibilidade” presente em todas as cidades, um espaço polifônico, onde várias cenas acontecem ao mesmo tempo. (MACIEL & BARBOSA 2013). É por isso que a interação entre os sujeitos também se apresenta como assunto para reflexão.

Falar do espaço público não é um exercício restrito apenas a sua dimensão imaterial. Como já assinalado anteriormente, as duas dimensões (material e imaterial) estão imbricadas de tantas formas que só a partir desse imbricamento que a existência do espaço público nas cidades é possível de compreensão. Um espaço, para ser dito público, não impõe obstáculos à

participação dos agentes, ele está disponível para o exercício da cidadania, enquanto há o respeito às regras do convívio e do debate, garantidas pela presença de leis que regulam os comportamentos em áreas comuns. Nesse sentido, é errado pensar que o espaço público permite qualquer tipo de expressão, pelo contrário, ele está submetido a regras de convivência e padrões de comportamento que integram o contrato social de determinada sociedade, ou seja, “o lugar físico orienta as práticas, guia os comportamentos, e estes por sua vez reafirmam o estatuto público desse espaço, e dessa dinâmica surge uma forma-conteúdo, núcleo de uma sociabilidade normatizada” (GOMES, 2002).

Colocando o conflito em questão, já que são as diferenças que levam os agentes aos espaços públicos, David Harvey contribui com uma reflexão pontual a respeito da experiência de viver na cidade e pertencer à cidade, ele diz:

As cidades nunca foram, é verdade, lugares harmoniosos, sem confusão, conflito ou violência. Basta nos lembrarmos das histórias da Comuna de Paris de 1871, ou de revoltas de 1864 contra o alistamento, para vermos o quão longe chegamos. Mas, igualmente, basta pensar na violência urbana que mais recentemente consumiu Belfast, que destruiu Beirute e Sarajevo, que fez Bombaim e Ahmedabad tremerem e transformou em ruínas a Palestina. Nem mesmo Los Angeles – a cidade dos anjos – foi poupada. Na história urbana, calma e civilidade são exceções, e não a regra. A única pergunta interessante é se os resultados são criativos ou destrutivos. Normalmente são ambos: a cidade tem sido por muito tempo um epicentro de criatividade destrutiva. (HARVEY, 2015. p. 29).

A noção de criatividade destrutiva vai ao encontro do que o filósofo Henri Lefebvre defende a respeito dos modos de fazer cidade. Em muitas de suas obras Lefebvre argumenta que refazer a cidade é, necessariamente, refazer a nós mesmos. O tipo de cidade que imaginamos, o tipo de vida coletiva que idealizamos é inseparável do tipo de pessoa que desejamos ser. Por isso estar no espaço público é *sine qua non* para as transformações sociais necessárias à sociedade. Em alguma medida, territorializar os espaços públicos urbanos como espaços políticos é desafiar uma ordem estabelecida, criar e destruir simultaneamente. Os espaços públicos são os locais nos quais os múltiplos agentes se encontram para concordar ou divergir, ambos processos resultam em articulações criativas e destrutivas para o contexto vivido.

Nessa perspectiva, a noção de cidadania aparece vinculada profundamente à de espaço público. O termo cidadania surge a partir da cidade - entendida como expressão do direito à cidade, implica que esta cidade seja constituída enquanto espaço público. É claro que o exercício da cidadania e as possibilidades de participação são influenciadas por marcadores de

gênero, raça, classe, idade, escolaridade, ocupação profissional e etc. Além disso, questões como a distribuição de renda, as relações imperialistas travadas no globo, o racismo ambiental, crises de representação política, as escassas possibilidades de autodeterminação e assim por diante colocam a cidadania em horizontes mais distantes para alguns sujeitos e grupos. Nessa medida, a cidadania aparece como uma questão incontornável no pensamento a respeito do espaço público visto que este precisa ser construído por aqueles que habitam a cidade, ou seja, os cidadãos.

A construção dos espaços públicos por cidadãos também reflete um processo de desigualdade, no qual os que estão à margem não participam efetivamente de sua fundação e muito menos possuem possibilidades de uso. Participar politicamente e desenvolver consciência acerca da potência de ações políticas exige determinadas garantias de direitos sociais. Entretanto, tem-se visto que as ausências dessas garantias para alguns sujeitos servem de incentivo para que os que as têm utilizem os espaços públicos a fim de cobrar mecanismos de inclusão social para atenuar as desigualdades urbanas. Se colocar no espaço público pressupõe um projeto de sociedade diferente do hegemônico.

Quando Lefebvre tematiza que a refazer a cidade é, ao mesmo tempo refazer a nós mesmos, o autor estabelece uma ligação entre as paisagens urbanas e as subjetividades humanas. Este desejo de participar, de transformar a cidade se expressa, cotidianamente, de diversas maneiras dentro dos sujeitos que vivem suas dinâmicas e sentem, na própria pele, seu habitat (a cidade) como um espaço hostil. Por isso, mesmo com condições adversas de participação, os espaços públicos estão sendo fabricados e utilizados a todo tempo. O conflito, o debate, as diferenças características do espaço público se expressam nas miudezas da vida diária. Vale ressaltar que o desejo de mudança precisa ser organizado numa luta coletiva. Se o espaço público é o lugar de encontro, no qual os problemas sociais são significados, é preciso que os agentes se unam num corpo social para promover as mudanças estruturais pertinentes. Não se trata de pormenorizar as lutas individuais, mas entender que é necessário somar esforços para mudar as direções das engrenagens ou mudar as engrenagens que movimentam a vida social, ou seja, conciliação ou revolução.

As manifestações da vida social nos espaços públicos são maneiras de ser nesses espaços tão potentes que funcionam como um elo entre a dimensão física e a dimensão mais abstrata. É nesse sentido que o espaço público é composto por uma dimensão material e imaterial que não estão descoladas uma da outra. A cidade possui muitos locais que podem

funcionar como espaços públicos, mas as ações tomadas por agentes políticos ao longo da história tornaram alguns endereços uma espécie referência. Nesse sentido, é possível mapear no tecido urbano os locais que servem como espaços públicos e que, por isso, dão a possibilidade do exercício de práticas cidadãs.

Os espaços públicos que servem de referência para a sociabilidade política na cidade fazem parte de um processo discursivo de diferenciação que se alinha com o que Magnani (2002) propõe como metodologia para uma antropologia da cidade, na qual o antropólogo está imerso em suas dinâmicas, fluxos e devires. O objetivo é apreender os signos que estão expressos tanto na estrutura macro quanto na estrutura micro. Magnani defende o emprego da etnografia nos estudos urbanos como uma prática capaz de contribuir para a apreensão da pluralidade de agentes e processos sociais existentes nas cidades, buscando evitar que se caia na elaboração de discursos esquemáticos onde a cidade seja dissociada de seus habitantes e, no limite, encarada como mera extensão do sistema capitalista e de suas mudanças conjunturais. Valendo-se do olhar etnográfico, o autor busca identificar regularidades nas configurações sócio espaciais, engajando-se na formulação de categorias que expressem relações estruturantes da vida urbana. (PEREIRA, 2012).

Como pontua Carlos (1992) o espaço público é o lugar do encontro e o produto do próprio encontro, a cidade ganha teatralidade e não existe dissociação da gente que lhe dá conteúdo e determina sua natureza. A cidade, enquanto marca e matriz cultural, enquanto texto que permite múltiplas interpretações, está recoberta por inúmeros mapas de significados, tanto que, mitos, utopias, crenças e valores, particularmente, mas não de modo exclusivo, da cultura dominante, levam ao estabelecimento de grafias – a própria cidade é uma grafia – na cidade e de movimentos, sistemáticos ou não, construindo uma geografia urbana que, simultaneamente, é cultural, econômica, social e política. (CORRÊA, 2003).

Os significados das cidades são produzidos pela ação concreta dos agentes, este “fazer cidade” se expressa por traços materiais (arquiteturas) e imateriais (usos e costumes), tanto em uma existência passada como na existência presente. A combinação entre símbolos, as referências urbanas e a ação dos agentes sociais contribuem para a definição de uma imagem da cidade, uma imagem-síntese, e a respectiva construção dos seus significados urbanos. É possível considerar que é pela comunicação no cotidiano urbano que os indivíduos partilham ideias, conhecimentos, atitudes e explicações socialmente construídas acerca da cidade. O uso

dos espaços urbanos somado a um jogo de interação permanente com elementos físicos da paisagem urbana através de

rituais, celebrações, comportamentos ou discursos reforça o significado social desses elementos, contribui para o ordenamento identitário do espaço urbano, rotulando determinados lugares como lugares adequados para tais atividades, que adquirem, assim, os significados associados a essas atividades. (ZILHÃO, 2013. p. 67)

Um dos espaços mais potentes nas cidades são os espaços públicos. Neles, as capacidades sociais dos agentes para atribuir e partilhar significações engendram signos diversos que vão sendo absorvidos pelas paisagens urbanas. Por isso, os espaços públicos não são apenas atributos físicos e funcionais intrínsecos, mas resultam, também, de qualidades atribuídas e reforçadas pelos sujeitos que pertencem à cidade e vivenciam seu cotidiano. Os espaços públicos e seus significados são frutos da dinâmica de relacionamento e interdependência cotidiana, onde a repetição sistemática de percursos, usos e apropriações determinadas do espaço urbano fornecem informações e imprimem marcas que, acumuladamente, contribuem para cartografar mentalmente o espaço vivido.

Esse mapa mental é a cidade de cada um territorializada que adquire e reforça certas características, de acordo com os significados e as informações que as pessoas têm e constroem sobre esse lugar da cidade, no quadro de determinada interação quotidiana assente na memória das diferentes experiências associadas a esse local e que permite associar aos espaços públicos determinados significados sociais urbanos socialmente construídos e partilhados. (ZILHÃO, 2013. p. 68)

A formação de um conjunto de imagens sobre esse lugar, no quadro da construção das percepções territoriais dos lugares e da nossa relação com eles é o resultado de uma produção histórica sempre em transformação e, por sua vez, materializa um processo de espacialização social dos significados urbanos. Esta capacidade social dos indivíduos para se apropriarem de elementos físicos e simbólicos, atribuindo significações determinadas a lugares determinados, pode conferir a esses lugares do espaço urbano uma identidade de lugares centrais para a sociabilidade urbana, que o processo de construção das economias de aglomeração, através da densificação de atividades e serviços nesses lugares centrais da sociabilidade urbana, reconverte em determinado padrão de configuração do espaço. (ZILHÃO, 2013). A informação que as pessoas têm sobre a cidade é o resultado da sua interação com essa cidade, e se os significados sociais são uma parte importante da construção da cidade.

MANIFESTAÇÕES DE RUA, ESPAÇO PÚBLICO E TERRITÓRIOS:

“Diante das telas eu vejo ícones falando

sobre alguma coisa, mas nas ruas eu vejo vidas
e isso mobiliza muito a gente em termos de afeto."

Parceira de pesquisa em depoimento ao autor concedido em 25 de março de 2021

As manifestações fazem parte da modernidade. Diversos momentos significativos da história foram contados e cantados a plenos pulmões nas praças das cidades. (MAGALHÃES, 2013). A cidade é tomada por inúmeros grupos e coletivos que se apropriam dos espaços urbanos para dar visibilidade às suas demandas, interesses e contestações. Ousar ir às ruas no sentido de se apropriar dela – e não simplesmente passar pela rua – é desafiar uma ordem de coisas estabelecidas: a circulação, o poder público ou a polícia. (MAGALHÃES, 2013).

A discussão sobre espaço público apresentada é fundamental para entender as dinâmicas de manifestações que estão presentes no espaço urbano da cidade. Se o espaço público é a pura essência de um encontro entre o espaço físico com os discursos, afetos e devaneios daqueles que desejam mudar a realidade da sociedade, as manifestações públicas de rua funcionam como metodologia para engendrar este encontro. Ainda, nessa mesma equação, existem as dimensões simbólicas do espaço público, que carregam em si a especificidade de cada evento que acontece, ou seja, as manifestações em espaços públicos territorializam de modo singular esses espaços, ainda que por períodos efêmeros.

A cidade é uma sucessão de territórios onde as pessoas, de maneira mais ou menos efêmera, se enraízam, se retraem, buscam abrigo e segurança, evidenciando que nos espaços públicos há atravessamentos, oposições, auxílio mútuo e singularidades; “portanto, em todos os domínios – intelectual, cultural, comercial, político – observamos a existência desses enraizamentos que permitem a um ‘corpo’ social existir como tal” (MAFFESOLI, 2006, p. 224). Quando os agentes (formação de sujeitos em coletivo) fazem suas manifestações políticas na rua, essas ações por seus modos, formas e significados políticos constituem um território efêmero cuja marca é dada pela imbricação do conteúdo político da manifestação com certo recorte geográfico associado, que não é mais, necessariamente, o do espaço público antes instituído. O espaço geográfico deixa de ser lugar de passagem para revestir-se de simbologia.

O conceito de território não é algo consolidado nos campos do saber que se debruçam sobre ele. Existem muitas interpretações do que seja um território e das dinâmicas que estão implicadas nele. O que se tem como ponto de partida é que o território e o respectivo processo de TDR (territorialização, desterritorialização e reterritorialização) (ZOURABICHVILI, 2004)

são baseados nos devires das relações sociais, ou seja, onde há pessoas se relacionando, o processo de TDR está acontecendo.

Apesar das diversas abordagens possíveis sobre o território, neste trabalho adoto uma combinação entre a abordagem política e cultural. A primeira diz que o território é um espaço delimitado/controlado, por meio do qual se exerce determinado poder. Já a segunda vê o território como produto da apropriação da dimensão simbólica/subjectiva por um determinado grupo em relação ao seu espaço de convivência. Essas duas perspectivas ajudam a pensar as manifestações de rua e seus respectivos signos - significante (corpo/forma), significado (conteúdo da ação) e sentido (atribuído ao significado pelos agentes em determinado processo) – diferentes daqueles cristalizados no imaginário coletivo e também nas paisagens urbanas. É importante pontuar que esses signos com suas respectivas dimensões (significante, significado e sentido) devem ser pensados a partir de múltiplas narrativas produzidas pelos próprios sujeitos que fazem manifestação, pelo Estado, pela mídia tradicional e alternativa e etc.

De forma geral, são quatro as abordagens sobre o território: política - referida às relações de espaço-poder em geral, na qual o território é visto como um espaço delimitado e controlado pelo poder político do Estado; cultural - prioriza a dimensão simbólica e mais subjectiva, na qual o território é visto como uma unidade geográfica relacionada à identidade de um grupo; econômica - enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas e o território é fonte de recursos e faz parte da dinâmica de produção; e natural - dado por critério de homogeneidade ecológica.

Falar em território em vez de espaço é evidenciar que os lugares nos quais estão inscritas as existências humanas foram construídos pelos sujeitos sociais, ao mesmo tempo pela sua ação técnica e pelo discurso que mantinham sobre ela. As relações que os grupos mantêm com o seu meio, não são somente as materiais, são também de ordem simbólica, o que os torna reflexivos. Os homens concebem seu ambiente como se houvesse um espelho que, refletindo suas imagens, os ajuda a tomar consciência daquilo que eles partilham. (CLAVAL, 1979).

A durabilidade e a efemeridade de um território estão relacionadas à transformação do espaço geográfico. Quando um agente se coloca num local da cidade e, a partir dos seus modos de fazer, institui uma mensagem e reafirma sua existência, tem-se um processo de desterritorialização. Quem domina um espaço territorializa, quem se apropria desse mesmo espaço com modos de fazer, existir e signos outros, desterritorializa esse mesmo espaço e, por

último, mas não por fim, tem-se um devir território constante, marcado pela disputa e sucessão de territorializações. São esses elementos que fazem outras configurações territoriais possíveis.

As intercessões entre os processos de territorializar-desterritorializar-reterritorializar não são pré-estabelecidas, são fabricadas pelos próprios seres humanos enquanto agenciamentos (DELEUZE & GUATTARI, 1995). Nessa medida, acompanhar a ação desses agentes torna viável reconhecer os territórios e suas repetições em determinados ritmos.

A criação de territórios tem a ver com expressões de soberania. Isso significa dizer que a criação de territórios se envolve com a autonomia dos agentes e as suas possibilidades de determinar regras e agir num espaço. Por isso que este conceito (território) decerto implica o espaço, mas não consiste na delimitação objetiva de um lugar geográfico. A Realização de um território pode acontecer em qualquer espaço na medida em que os agentes envolvidos estão em relação e colocam em prática determinadas atitudes que, aglutinadas, tornam este território possível, ou seja, o território tem mais a ver com fazer algo do que construir algo material nas cidades. Embora, devemos pontuar que esse fazer pode deixar um legado material para as cidades onde acontece.

O território e a territorialização devem ser trabalhados na multiplicidade de suas manifestações – que é também e, sobretudo, multiplicidade de poderes, neles incorporados através dos múltiplos agentes/sujeitos envolvidos. Assim, devemos primeiramente distinguir os territórios de acordo com os sujeitos que os constroem, sejam eles indivíduos, grupos sociais, o Estado, empresas, instituições como a Igreja etc. (HAESBAERT, 2004).

As territorialidades, além de incorporarem a dimensão estritamente política, estão intimamente ligadas às relações econômicas e culturais, pois se estabelecem de acordo como as pessoas utilizam a terra, como se organizam no espaço e como elas dão significado aos lugares. Nesse sentido, torna-se fundamental perceber a história do território, sua variação conforme o contexto histórico e geográfico. Os objetivos dos processos de territorialização, ou seja, de dominação e de apropriação do espaço, variam muito ao longo do tempo e dos espaços.

A ação da CUT como Agente Territorializante:

Tem-se como foco de pesquisa a ação da CUT enquanto agente territorializantes, ou seja, agente que institui espaços públicos na cidade através de seus modos de fazer. Em sua página da internet, o movimento social se apresenta como:

“uma organização sindical brasileira de massas, em nível máximo, de caráter classista, autônomo e democrático, cujo compromisso é a defesa dos interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora. Baseada em princípios de igualdade e solidariedade, seus objetivos são organizar, representar sindicalmente e dirigir a luta dos trabalhadores e trabalhadoras da cidade e do campo, do setor público e privado, ativos e inativos, por melhores condições de vida e de trabalho e por uma sociedade justa e democrática. Presente em todos os ramos de atividade econômica do país, a CUT se consolida como a maior central sindical do Brasil, da América Latina e a 5ª maior do mundo, com 3. 806 entidades filiadas, 7.847.077 trabalhadoras e trabalhadores associados e 23.981.044 trabalhadoras e trabalhadores na base.”¹²

Fundada em 28 de agosto de 1983 na cidade de São Bernardo do Campo, no estado de São Paulo, durante o Primeiro Congresso Nacional da Classe Trabalhadora, Conclat (Congresso Nacional da Classe Trabalhadora). Após sua criação, a CUT se estabeleceu em vários cantos do Brasil para auxiliar trabalhadores a organizar suas reivindicações considerando as especificadas dos contextos locais, mas sem deixar de ser uma organização nacional. Por isso, neste trabalho acompanharei as ações da CUT-RJ.

Escolhi a CUT como foco de pesquisa porque é evidente o envolvimento da organização em vários dilemas da sociedade brasileira. Na sua fundação, a organização pretendia ser um coletivo de trabalhadores de diversos segmentos profissionais. Com o passar dos anos as lutas da CUT foram ganhando refinamento e incorporando reflexões profundas sobre as situações particulares de trabalhadoras mulheres, trabalhadores negros, trabalhadores LGBTQIA+, trabalhadores informais e trabalhadores em situação de rua.

Os documentos de seus Congressos Nacionais da CUT (CONCUT) refletem o quanto essas questões são exploradas para se pensar em ações e políticas públicas que tenham efeito na realidade. Assim, esses documentos versam sobre economia solidária, saúde, educação, previdência social, moradia, reforma agrária e outras políticas públicas em geral considerando a situação particular de diversas subjetividades da classe trabalhadora e seus respectivos modos de existir.

Dessa maneira, a CUT aparece mobilizada em diversas frentes e se faz presente em muitos momentos cruciais para a transformação da sociedade. Ao longo dos anos a CUT tem

¹² disponível em <https://www.cut.org.br/conteudo/breve-historico>. Acesso em 05 ago. 2022.

se feito presente nos espaços públicos a fim de defender os direitos dos trabalhadores e reivindicar mudanças na sociedade. A incursão da organização por diversos temas engendra uma visão totalizante da sociedade, na qual todas as lutas são as lutas da CUT.

Uma das contribuições da CUT no processo de luta pela democracia reside no fato de que ela forjou um padrão de atuação, o qual se baseia na ideia da democracia enquanto participação ativa, o que tem como consequência imediata, a ideia de que as classes populares não estão inertes e subordinadas à política tradicional. Elas buscam a todo tempo formas de recriar a prática política sob a perspectiva de descentralizar o poder e fazer com que cada participante se reconheça como parte integrante de uma proposta que transforma as relações sociais. (SANTANA, 1999, p. 166).

CUT: AGENCIAMENTOS TERRITORIALIZANTES:

Para refletir sobre esses eventos e quais são os signos (significado, significante e sentido) construídos no processo de fazer manifestação, ou seja, no processo de territorializar os espaços urbanos, esta pesquisa privilegiou as narrativas e memórias de alguns participantes da CUT nesses eventos. Procurou-se saber, através de entrevistas semi-estruturadas, quais foram as experiências vividas nos espaços urbanos em episódios de manifestação. Tive como interlocutores de pesquisa oito pessoas, com faixa etária entre 24 e 55 anos, sendo seis mulheres e dois homens. As categorias profissionais eram: bancários, professores, profissionais da segurança pública, servidores públicos e petroleiros. São trabalhadores que militam através da CUT e interpretam a central como um mecanismo importante de exercício da cidadania. No momento em que realizei as entrevistas, alguns dos parceiros estavam envolvidos em cargos de gestão, que versam sobre: cultura e administração; já outros eram integrantes de sindicatos que compõem a CUT.

Se fez preciso entender o que leva os agentes a tomarem os espaços urbanos da cidade e porque, em meio a tantas formas de reivindicar mudanças sociais, a ocupação das ruas ainda é a estratégia mais efetiva dos movimentos sociais e ações coletivas. O primeiro aspecto destacado é que as manifestações de rua são consequências de uma conjuntura específica. Isso justifica porque na história do Brasil, em alguns momentos, as manifestações de rua foram mais intensas e em outros não. Recentemente, por exemplo, com a pandemia da Covid-19, viu-se o crescimento de ações ciberativistas enquanto as ruas permaneceram vazias devido às restrições para promover aglomerações.

Os parceiros de pesquisa assinalam que existiram períodos da história em que os direitos e o bem-estar dos trabalhadores estiveram sob forte ameaça. Nesses contextos, a tomada das ruas, sempre é urgente. Em 2015, por exemplo, os agentes perceberam articulações da direita para ocupar as estruturas institucionais de poder, bem como um acirramento dos conflitos capital/trabalho. Essa investida da direita chama os agentes a defender a democracia, a soberania e unir entidades da sociedade civil. É uma união em torno de lutas mais gerais. Ela nasce num momento de ameaça sobre o Brasil e que, hoje, está concretizada.

Conforme se acentua um grupo contrário aos interesses dos trabalhadores, as iniciativas para manifestar são mais constantes. É nesse momento que toma força a percepção de que não se pode mudar a realidade sem um acordo entre os setores que compõem a vasta classe trabalhadora, com suas respectivas demandas e identidades. Se trata de juntar as peças do quebra-cabeça. Diferente dos *modus operandi* dos partidos políticos, é a forma mais ampla de pensar um projeto popular para o Brasil. A necessidade de marcar posição, construir frentes amplas e ocupar os espaços públicos é motivada por uma investida da direita que não estava feliz com a reconfiguração social acontecida nos governos de caráter mais progressista, com os do PT.

Esse tipo de estratégia política, tomar as ruas, exige das ações coletivas um grande esforço de divulgação das ações, no qual podem colocar seu projeto de sociedade e convidar aqueles que não estão organizados em nenhum tipo de movimento a participar. Num geral, o projeto de sociedade envolve a dissolução das desigualdades sociais, a melhora nas condições de vida e a garantia do trabalho digno. Para colocar essas ideias em pauta, estão sendo usadas as redes sociais e mídias alternativas (TVT, Mídia Ninja, Brasil de Fato e outros canais do Youtube/Podcast). Além disso, não são preteridas as estratégias de comunicação tradicionais (panfletos, faixas, lambe-lambe, cartazes). É consenso que as mídias tradicionais televisivas têm um impacto negativo sobre as atividades de militância e manifestações.

“O papel da mídia é distorcer a imagem do sindicalista, atrapalhando o avanço da luta. Se a mídia tradicional fosse mais isenta e imparcial, poderia contribuir, mas só traz superficialidade para os debates, fecha os olhos das pessoas e desvia a atenção dos principais assuntos.”

depoimento de parceiro ‘IV’ ao autor

Um ponto muito importante que precisa ser destacado é o trabalho de base. Muitos dos parceiros de pesquisa mencionam a importância de estar por perto ouvindo e dialogando com

as pessoas. É o que é chamado de “trabalho corpo a corpo” – estar presente nos espaços, perto das pessoas. A CUT tem uma trajetória política tão significativa que os registros de falas, eventos e ações passadas compõem o material de divulgação e o trabalho de base.

"É fazendo parte da base que a gente sabe onde dói, onde faz sorrir e para onde a gente tem que ir".

depoimento de parceiro 'IV' ao autor

De acordo com as narrativas contadas pelos parceiros, as manifestações acontecem no Centro da cidade do Rio de Janeiro por uma questão de acessibilidade. As outras zonas são menos democráticas porque pedem mais meios de transporte e, conseqüentemente, mais tempo de locomoção e gasto financeiro. Além disso, no Centro está concentrada a massa dos trabalhadores com quem se pretende dialogar. Os atos no Centro são mais noticiados e dão mais visibilidade. Seus desdobramentos são mais perceptíveis no imaginário coletivo.

Como citado brevemente, as praças da Candelária, Cinelândia e Central do Brasil se tornaram espaços urbanos de concentração para segmentos progressistas, democráticos e de esquerda. Diferente de movimentos reacionários que, geralmente, estão ocupando Copacabana. Este fato pode ser considerado um retrato da luta de classes. Na zona sul, estão as pessoas mais ricas, com maior poder aquisitivo e no Centro do Rio estão os trabalhadores comuns. O Centro do Rio aglutina muita gente porque é o lugar dos trabalhadores. Ali estão concentrados os simbolismos políticos que tais praças constituíram ao longo da história republicana, tanto pelo acúmulo de ações políticas ali ocorridas, como pela presença de instituições do poder político, militar e religioso.

As manifestações em locais muito distantes geram entraves para a aglutinação de pessoas. Outros locais não atraíram o público alvo que se espera sensibilizar. O Rio de Janeiro criou essa tradição política e, com isso, cria-se uma expectativa urbana para a realização desses eventos. Fazer algo fora desses espaços, no Rio de Janeiro, pode descaracterizar as ações.

"Eu acho que a simbologia é no Centro do Rio, é o lugar que dá visibilidade, é o centro comercial e político da cidade. É um local de fácil acesso, um lugar de passagem, onde tem os centros empresariais, os trabalhadores podem vir. As pessoas que não são do Rio e vão participar desembarcam por ali e é o lugar que cabe todo mundo. A gente sempre pensa em fazer grandes manifestações que cabem a todo mundo. É importante fazer nesses espaços abertos. Se fizemos em locais fechados, se você não foi convidado, não sabe o que está acontecendo. Nós temos que mostrar, porque não temos as mídias tradicionais divulgando a nosso favor. Temos que usar as ferramentas que temos, essas manifestações fazem parte das nossas ferramentas, fazem parte de ser militantes."

depoimento de parceiro 'V' ao autor

“A sensação de luta compartilhada é intransponível para outros espaços. O Centro do Rio de Janeiro permite isso. As instituições são muito importantes, mas as manifestações de rua trazem uma corporificação para as questões e demandas. A rua dá rosto à luta dos coletivos e movimentos sociais”. “Diante das telas eu vejo ícones falando sobre alguma coisa, mas nas ruas eu vejo vidas e isso mobiliza muito a gente em termos de afeto.”

depoimento de parceiro 'I' ao autor

"É importante marcar que as manifestações do Centro do Rio são manifestações dos trabalhadores. Você não vê aqueles que se manifestam a favor de Bolsonaro indo no Centro do Rio, eles vão para a zona sul, eles vão para outros espaços urbanos. Ali é um espaço dos trabalhadores."

depoimento de parceiro "VII" ao autor

A logística dos atos é sempre repensada para tudo acontecer sem grandes problemas. Uma das parceiras pontuou que depois dos grandes atos de 2017, os dirigentes perceberam que não era uma boa ideia fazer falas muito inflamadas quando chegam ao destino do ato, por exemplo, a Cinelândia. Para lidar com isso, concentraram as falas finais no meio do ato. O destino final serve para dispersão ou atividades culturais. O objetivo é que a finalização de uma manifestação seja marcada pela tranquilidade, sem confusões e episódios de violência. Uma manifestação nunca é pensada para incentivar atitudes agressivas nos sujeitos presentes. O tom é de reivindicação, mas com respeito, serenidade e paz – o que não significa estar passivo a episódios em que é necessário resistir a violências que podem acontecer.

Outra informação importante diz respeito à deliberação desses percursos. A parceira diz que era quase uma questão geracional. Os integrantes mais velhos sempre preferiam ir para a Cinelândia para, após o ato, ficar pela praça nos bares. Os mais jovens preferiam ir para a Central do Brasil para dialogar com a massa de trabalhadores que passam por ali.

O percurso é uma estratégia que permite mostrar que as pautas se deslocam pelo espaço urbano e que a luta ocupa diferentes espaços. Não só, com o ato em movimento é possível alcançar uma diversidade de pessoas e aumentar a repercussão das ações, mas com precauções sobre a logística e os impactos do ato na rotina urbana:

"Muitas dessas manifestações envolvem caminhadas e optou-se por fazer Candelária e Cinelândia por uma questão logística mesmo. Interromper o trânsito da Avenida Rio Branco causa menos transtorno a quem está no trânsito. Diferente do impacto causado pela tomada de alguma faixa da Presidente Vargas. A manifestação é para as pessoas se manifestarem e não simplesmente para atrapalhar o fluxo da vida dos trabalhadores, se fosse assim perderia o sentido. Quando você interrompe a vida do trabalhador que não pode participar ou, simplesmente, não quer participar você cria

um efeito contraproducente. Nós não temos que trazer o trabalhador para a manifestação na marra. Quanto menos transtorno nós pudermos causar para fazer uma manifestação com milhares de pessoas, isso é importante. Tem que ser pensado o tempo todo, tem que ser equilibrado o tempo todo. Nós temos que apresentar as pautas, não prejudicar os próprios trabalhadores."

depoimento de parceiro 'VII' ao autor

Pensar um ato fora da integração entre os espaços inviabiliza a percepção de que as pautas, demandas e questões colocadas nesses eventos se deslocam pelo espaço urbano a partir dos seus agentes. As motivações para realizar uma manifestação estão intimamente ligadas com histórias de vida e visões de mundo que constituem um corpo coletivo, formado por muitas pernas e braços dispersos na cidade e que, em momentos específicos, se aglutinam. Nesse sentido, é importante entender que um ato não começa somente no lugar marcado pela organização, mas sim desde instante que rotinas são mobilizadas e alteradas em função dele.

"A gente faz os percursos, as caminhadas para mostrar que as pautas se deslocam pelo espaço urbano. A luta precisa se manifestar em vários espaços urbanos. A gente está sempre se deslocando para alcançar as pessoas, para tomar a cidade. Não dá para fazer um ato parado, as caminhadas acontecem mesmo que não esteja previsto na organização do ato. É caminhando que a gente é notado com os cartazes, com os adesivos e com os gritos de comando"

depoimento de parceiro 'II' ao autor

Sobre os desafios para realizar esses eventos na cidade, muitos parceiros destacaram a truculência policial, a mobilidade urbana e as dificuldades de deliberar certas decisões antes, durante e depois dos eventos devido ao número de pessoas envolvidas e com suas respectivas opiniões. Entretanto, uma fala me chamou mais atenção, um dos parceiros pontuou que a cidade tem grande ressonância por ter sido a capital do país e que, por isso, serve para experimentação. É como se o que dá certo no Rio tivesse a probabilidade de dar certo em outras cidades. Por ter sido capital, o Rio de Janeiro possui muitas instituições relevantes do país, muitas universidades e tem muita visibilidade nacional. Isso traz um protagonismo e muita responsabilidade na construção do ato.

Mesmo com todos os entraves, é unânime entre os parceiros que esses eventos são importantes para a cidade e extremamente necessários:

"É importante a cidade saber que a gente tem movimentos que lutam pela água, pelos combustíveis, pelo saneamento básico, que luta pela polícia parar de matar jovens em comunidades. É importante que nós estejamos na cidade fazendo essa luta, estamos nos organizando para chamar a cidade a essa reflexão. Esse convite à reflexão só é efetivo quando a gente se faz presente nos espaços. É importante ser acolhido por quem é favorável e é importante também ser xingado por quem é contrário, mas isso

só acontece se a gente se faz presente. É importante saber que a gente incomoda, mas a gente está lá, a gente existe. Nós não estamos acuados. Estamos ali para defender o trabalhador e mostrar que eles não estão sozinhos".

depoimento de parceiro 'V' ao autor

"A rua é o lugar comum, onde as pessoas têm liberdade para se manifestar contra as opressões. Ter manifestação faz parte da democracia. Um reflexo disso é que, um país, quanto mais democrático, mas manifestações você tem. Quando a gente se sente vivendo sob uma democracia, constantemente nos sentimos convidados a ocupar a rua e colocar para fora nossos medos e reivindicações. É a forma de transformar a sociedade, de participar, de interagir com a política. São eventos importantes para alertar as autoridades das vontades do povo, são importantes para exercer a cidadania."

depoimento de parceiro 'VI' ao autor

"Essas manifestações dão a cara do Rio de Janeiro. As pessoas se expressam e vão para as ruas colocar suas pautas. A pandemia prejudicou isso e não tenho dúvidas que se não estivéssemos em pandemia, teríamos várias no ano passado. Estaríamos vivendo um momento de efervescência nas manifestações. Acho que são fundamentais para a construção da identidade do Rio de Janeiro enquanto cidade maravilhosa que é. Não só por suas paisagens, mas pelo seu povo e tudo que a gente tem aqui. Acho que no Rio de Janeiro, qualquer cartaz que você cola na parede é um motivo para aglutinar pessoas."

depoimento de parceiro 'VII' ao autor

Nesses momentos, aparecem nos relatos a questão da hostilidade urbana – algo que faz parte da constituição da cidade. Mesmo sentido que aquele espaço público, no decorrer do ato, pertence aos manifestantes, são percebidas rejeições de pessoas que não participam, da mídia, agentes da segurança pública e do próprio espaço urbano que, por vezes, não comporta a estrutura necessária para realização de uma manifestação.

"Os espaços transitam entre um acolhimento e uma hostilidade. Tem mais a ver com a conjuntura, com o governo e a percepção que a opinião pública tem sobre o debate que está sendo feito, do que com o local em si. Tem mais a ver com o contexto em que o espaço está sendo colocado e o que questão está sendo colocada. Às vezes tem hostilidade. Durante esse governo Bolsonaro, por exemplo, teve muita hostilidade, muita raiva. Não só do poder institucional do governo através de suas polícias e guardas. Tem o efeito Bolsonaro na sociedade que planta o ódio como instrumento de poder e isso é refletido em algumas pessoas que tinham esse ódio em seu interior, mas que de alguma forma o escondiam e não manifestavam, porque era um comportamento tirado como não aceitável. Com o presidente fazendo todas as besteiras isso passa a ser aceito."

depoimento de parceiro 'IV' ao autor

Quando questionados como se sentem nesses eventos no Centro do Rio, as falas evocam um sentimento de pertencimento, uma satisfação de contribuir com as mudanças sociais necessárias ao país, um desejo potente de participar e marcar posição contra os desarranjos da

conjuntura atual, por fim, a satisfação de doar o tempo e a energia para construir algo para além das trajetórias individuais, ou seja, fortalecer a luta coletiva, marcada pela diversidade de agentes que a compõe.

"Faz parte de um sacrifício para um país, para uma classe, para uma categoria para além do que eu defendo para meu eu pessoal." É um lugar de encontro: "você chora, você se diverte, você sorri, você conta piada, você ouve notícias tristes, você participa e interage. É bem bacana estar nesse tipo de atividade. Hora ou outra eu vou ser reprimido, até com violência, mas ficam histórias para contar."

depoimento de parceiro 'IV' ao autor

"A gente sente que está mudando a vida das pessoas, pessoas que nós não sabemos quem são. É a ideia de um time, cada um vai lutar dentro das suas particularidades, cada um tem sua função, mas estão todos lutando para um objetivo em comum. Você não vê isso na direita, as pautas são verticalizadas, lembra as monarquias e os impérios, os chefes mandam e todos obedecem. Aqui, você é um dos que fazem acontecer, um dos que decidem, um dos que pensam e executam. Tudo que acontece tem seus dedos. Você é protagonista da história, mesmo sendo um em milhares."

depoimento de parceiro 'IV' ao autor

"O trabalhador e a trabalhadora têm a necessidade de saber que alguém é por ele, que existe uma movimentação para além dele. A gente sabe que muitos trabalhadores (mas é importante, é educativo você sentir que tem um espaço, que você tem representatividade para além do que é só você, só seu escritório, só a sua fábrica."

depoimento de parceiro 'V' ao autor

"Quando a gente está na rua, a rua é nossa, é essa a sensação. Quando eu estou e tem outros ao meu lado, a sensação que eu tenho é que a rua é nossa. Quando você vê a hostilidade da polícia na rua e chegam com truculência para nos tirar de lá, você tem mais certeza de que aquele é o seu espaço e que existe uma tentativa, de usurpá-lo, por uma política repressora. Não importa! A minha sensação, quando vou a uma manifestação é que aquele espaço é meu, é verdadeiramente da classe trabalhadora."

depoimento de parceiro 'V' ao autor

"Eu sempre me sinto muito feliz e privilegiado de participar das manifestações no Rio. Para mim é um privilégio participar e eu fico encantado com a beleza de todas elas. Se um dia você tiver a oportunidade de acompanhar em cima de um carro de som, você tem uma perspectiva incrível. Você ver as ruas tomadas de pessoas lutando pelos seus direitos é muito bonito. É muito bonito estar em cima de um carro de som e olhar aqueles pontos do Centro do Rio que, do moderno ao tradicional, você vê os grandes prédios em contraponto ao Teatro Municipal e tudo aquilo tomado por um mar de gente com as mais diversas cores e bandeiras. Isso é um privilégio. Eu sempre vou achar maravilhoso me manifestar no Centro do Rio e juntar nossas vozes a de antepassados que já se manifestaram por ali. A luta tem ancestralidade".

depoimento de parceiro 'VII' ao autor

A partir das narrativas coletadas, podemos refletir que as manifestações em espaços públicos no Rio de Janeiro causam um efeito no imaginário coletivo e deixam alguns legados para a cidade. Na ocasião em que os espaços urbanos servem de abrigo para que agentes se

expressem sobre ele, tem-se um processo de territorialização, no qual os espaços públicos são reafirmados enquanto lugares de expressão da cidadania. É nos espaços públicos que os agentes manifestam seus signos: cooperação, solidariedade, coletividade, participação, desejo de mudança.

Nesses territórios é possível identificar o florescimento dos afetos, o amor, as tristezas e inseguranças, o bom humor, otimismo e respeito às diferenças. Pensar que o pertencimento da rua remete à singularidade de um sujeito ou a coletividade que forma um agente implica atribuir ao espaço urbano um significado político e social que é a marca de um território engendrado na manifestação. A sensação de pertencimento as ruas e aos espaços públicos é a pura expressão das territorializações feitas por agenciamentos coletivos¹³ em manifestações.

Alguns desses sentimentos tornam-se possíveis na cidade pois existem territórios criados sob a perspectiva da colaboração, do abraço entre diversos agentes que pensam o futuro da sociedade pautado pela democracia e dissolução das desigualdades. Mesmo que as manifestações possam ser relacionadas a baderna, balbúrdia e a falta do que fazer pela mídia tradicional, a polícia e setores conservadores, é fato que são interpretadas como descontentamento com a conjuntura e desejo de transformação. Nessa medida, a territorialização dos espaços públicos urbanos tem permitido à cidade visualizar que as mudanças sociais acontecem quando estamos presentes no espaço para dialogar e interagir.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES:

Os espaços públicos são, por definição, locais para colocar em prática um dos aspectos da vida política: a participação popular. São espaços pertinentes a vida coletiva, nos quais se expressam diversos traços da vida urbana de uma população.

Identifica-se, a partir dos depoimentos ouvidos, que os espaços públicos são locais em que os movimentos sociais e ações coletivas possuem protagonismo e expressam sua criatividade para disputar narrativas, projetos de sociedade e gestão da vida urbana. Os agentes sentem uma sensação compartilhada que o espaço onde se colocam pertencem a eles mesmo, ou seja, não importam as tentativas de repressão e controle sobre a manifestação, estar no local e poder gritar suas demandas e questões cria um território no qual a soberania dos trabalhadores e manifestantes é o que importa.

¹³ (DELEUZE & GUATTARI, 1995).

Pensando que o signo identificado é pulverizado pela sociedade de diversas formas, cabe salientar que os depoentes parceiros identificam que as mídias tradicionais representadas pelas emissoras de TV pouco contribuem para consolidação deste signo – o espaço de soberania e pertencimento dos movimentos sociais. Por vezes, esses veículos de mídia destacam aspectos negativos das manifestações públicas de rua, como a paralisação do trânsito ou um eventual episódio de violência e quebraadeira, apresentados como aspecto comum em manifestações públicas de rua. Por isso, os parceiros acentuam a necessidade e urgência de ocuparem não só os espaços públicos na cidade, mas também de constituírem mídias alternativas, redes sociais e, principalmente, investir na ampliação do trabalho de base para apresentarem suas versões dos eventos e as verdadeiras intenções de manifestações de rua.

Cabe dizer, por fim, que os movimentos sociais e ações coletivas estão a todo tempo fabricando processos de desterritorialização sobre territórios instituídos pelo Estado para dar corpo e vida às pautas que defendem. Esse processo é responsável por dinamizar a política da sociedade, definir os rumos da democracia e consolidar uma cultura de participação. Mesmo que não seja consenso social a importância de manifestações públicas de rua, é nítido para quem participa dessas ações que os espaços públicos urbanos estão permeáveis a agentes coletivos e que é crucial e definidor dos rumos do país marcá-los enquanto local de expressão de sua própria soberania.

Consolidar o signo assinalado no imaginário social não é uma tarefa simples, pois exige disputas diversas com instituições públicas e privadas de conotação política e midiática. Apesar dos desafios existentes, as ações territorializantes persistem e em cada novo evento desse tipo a história de representatividade política na cidade é atualizada e reafirmada.

Estas ações servem para mostrar que a potência dos movimentos sociais e ações coletivas não esmaeceu diante de novas formas de colocar para o público o discurso político, como vem sendo feito no âmbito das redes sociais. Tomar as ruas e os espaços públicos tem servido para mostrar que estes locais não atendem somente a um agente específico e seus respectivos interesses, eles podem ser apropriados e ressignificados por agentes coletivos diversos para se fazerem presentes nos espaços urbanos e reivindicar as mudanças que julgam necessárias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BARRETO, Rogério. O centro e a centralidade urbana—aproximações teóricas a um espaço em mutação. **Cadernos curso de doutoramento em geografia. FLUP**, Porto, p. 23 – 41, 2010.

CARLOS, Ana Fani A. **A cidade**. 8ª ed. São Paulo: Contexto, 1992. 98 p.

CLAVAL, Paul. Régionalisme et consommation culturelle. **L’Espace Géographique**, Paris, vol. 8, n. 4, p. 293 – 302, 1979.

CORRÊA, Darcísio. A cidadania e a construção dos espaços públicos. **Desenvolvimento em Questão**, Ijuí, v. 1, n. 2, p. 37-54, 2003.

DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Felix. **Mil platôs - capitalismo e esquizofrenia, V1**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995. 94 p.

GOMES, Paulo César C. **A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Editorial, 2002. 306 p.

HABERMAS, Jurgen. **Consciência moral e agir comunicativo**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989. 236 p.

HABERMAS, Jurgen. **Teoria do agir comunicativo: Racionalidade da ação e racionalização**. 1ª ed. São Paulo: WMF Martins Fontes. 2012. 736 p. Vol. 1.

HAESBAERT, Rogério. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade**. Porto Alegre, 2004.

HARVEY, David. A liberdade da Cidade. *In*: MARICATO, Ermínia .. (et al.). **Cidades Rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2015. Cap. 3, p. 27 – 34.

LEFEBVRE, Henri. **Writing on Cities**. 1ª ed. Oxford: Blackwell Publishers, 1996. 250 p.

MACIEL, Caio Augusto A.; BARBOSA, David T. ST1-732 Por uma Geografia Política e Cultural dos Espaços Públicos Cotidianos. XV Encontro da ANPUR – ENANPUR, n. 1, 2013, Recife. **Anais ENANPUR**. Belo Horizonte: Anpur. 1 – 13 p.

MAFFESOLI, Michel. **O tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades de massa**. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. 298 p.

MAGALHÃES, Fabiano Rosa. A cidade e as manifestações coletivas: a constituição da Praça Sete como espaço da expressão política. **Olhares Sociais**, Cruz das Almas, v. 2, n. 2, p. 25 – 60, 2013.

MAGNANI, José Guilherme C. "De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana". **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 11 – 29, junho, 2002.

PEREIRA, Alvaro Luis S. Reflexões sobre o fenômeno da “centralidade” a partir do quadro teórico da “Antropologia da Cidade”. **Ponto Urbe**, São Paulo, n. 11, p. 1 – 18, 2012.

SANTANA, Ana Claudia F. **A Central Única dos Trabalhadores: CUT e a luta pela democracia: elementos de uma trajetória**. 1999. 181 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, Campinas, 1999.

ZILHAO, Adriano. Uma proposta multidisciplinar para o entendimento da centralidade urbana como facto social total. **Sociologia**, Porto, v. 25, p. 55-77, junho, 2013.

ZOURABICHVILI, François; GOLDSTEIN, Víctor. **O vocabulário de Deleuze**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Centro Interdisciplinar de Estudo em Novas Tecnologias e Informação, 2004. 66 p.